



EDITORIAL

Palavras que talvez possam ajudar a definir os dias atuais em nosso país – *Tempos mais que obscuros*. E se tempos obscuros demandam uma busca de forças redobradas para as lutas, em tempos mais que obscuros a militância requerida para o enfrentamento dos problemas é para além do que já vivemos até então.

Quando olhamos para as mazelas que estão ocorrendo no Brasil: Um governo que sangra os serviços públicos a tal ponto que os atuais parques investimentos em estatais federais representam o menor valor em quase 20 anos;

O quase falido Sistema Único de Saúde – SUS recebendo calote de 2 bilhões das operadoras de planos de saúde, sem que nenhuma ‘autoridade’ constituída tome alguma providência;

O grande feirão do país com a entrega do pré sal, da Embraer, do nióbio, da Amazônia, da energia elétrica...;

O aumento do desemprego, da miséria, da violência, da mortalidade infantil, da dependência econômica dos núcleos familiares da aposentadoria de seus idosos...;

A decadência das instituições, de forma especial do judiciário...

Tempos mais que obscuros talvez ainda seja uma expressão aquém para a classificação desses nossos dias.

E para não dizer que não falamos da Copa 2018, no obscurantismo atual vimos a mídia brasileira, no campo da direita, ‘paparicando’ a Presidenta da Croácia, aquela mesma da apologia ao nazismo, e ainda o ‘ídolo’ Neymar e seus ‘parsas’ com suas histórias de ostentação e de prática de bullying contra o feliz Kylian Mbappé.

Mas para não dizer que não falamos de flores, uma parcela da população brasileira segue se indignando, lutando, e fazendo a defesa da ética, da justiça social, do Brasil para os brasileiros, da soberania nacional, da dignidade humana, da verdadeira política – arte **de governar e de buscar gerir os rumos de uma cidade, estado ou país da melhor forma possível, visando o bem comum.**

O SINPRO NNF tem sua história pautada do lado desses cujas flores florescem em seu entorno.

Estamos filiados a:



SUMARIO

Página 01:

- SUMARIO
- EDITORIAL

Página 02:

- 02 DE ABRIL – DIA MUNDIAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO
- SEPE ITAPERUNA: CHAPA 2 VENCE ELEIÇÕES COM 58% DOS VOTOS

Página 03:

- CONHEÇA OS DIRETORES ELEITOS PELA CHAPA 2
- O QUE FAREMOS NA DIRETORIA DO SEPE ITAPERUNA
- RESULTADO FINAL DAS ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO SEPE ITAPERUNA COM A VITÓRIA DA CHAPA 2

Página 05:

- "AS TECNOLOGIAS QUE TENTARAM SUBSTITUIR O PROFESSOR DE MARRADO"

Página 06:

- CRIANÇA SÓ PODE ENTRAR NO FUNDAMENTAL AOS 6 ANOS, DECIDE STF

Página 07:

- BNCC SIGNIFICA DEMISSÃO EM MASSA DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO PARA A DESIGUALDADE (POR HELENIR AGUIAR SCHÜRER)

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO QUER REFORMAR A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA. NÃO PERMITIREMOS!

Página 08:

- A QUEM INTERESSA A PROPOSTA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR?
- TEMOS QUE CONSTRUIR, DESDE O “CHÃO DA ESCOLA”, NOSSAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS, ALTERNATIVAS

Página 10:

- A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL
- NÃO À BNCC!
- PELA REVOGAÇÃO IMEDIATA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO!
- NÃO ACABO AMIZADE POR POLÍTICA

Página 11:

- A ALMA ARRANHADA E O MUSEU NACIONAL: A FERIDA PERPÉTUA DA CATÁSTROFE DOS NOSSOS DIAS

Página 12:

- MUSEU NACIONAL: O PASSADO E O PRESENTE QUE SE FORAM...

Página 14:

- VEJA ALGUMAS BOAS RAZÕES PARA VOCÊ SE FILIAR AO SEU SINDICATO.

JORNAL DO SIMPRONNF (ISSN 24477281)

*** EDITOR CHEFE**

Job Tolentino Junior

(SECRETARIA DE RELAÇÕES POLÍTICAS SINDICAIS E ASSUNTOS JURÍDICOS/TRABALHISTAS)

*** EQUIPE DE PRODUÇÃO**

Claudina de Paula Dias Gomes; Wilza Carla de Sá Oliveira; Ana Karina Mendonça de Souza (SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, DIVULGAÇÃO E IMPRENSA)

Jacimar Fazollo Méra (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO)

CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO

Segundo **MELLO (2004)**, *o autismo é um transtorno que se caracteriza por consideráveis desvios na comunicação, afetando assim, a interação social e o uso da imaginação.*

As crianças com autismo, apresentam ainda bem pequenas, um comprometimento grave em seu desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à comunicação. Porém, há alguns casos, que se tratados e estimulados desde cedo, as crianças podem apresentar notórias habilidades motoras, musicais, artísticas, esportivas e outras, podendo estar ou não de acordo com a idade cronológica.

Para o Brasil ainda é um grande desafio atender as crianças diagnosticadas com TEA - Transtorno Espectro Autista - embora esteja bem mais conhecido devido ao aumento do número de casos cada vez mais precoce. As causas ainda não foram totalmente descobertas. Pesquisadores, estudiosos e especialistas apontam diferentes caminhos para que nosso país alcance o objetivo de oferecer à criança autista o atendimento que realmente fará diferença em seu desenvolvimento. Atualmente, o que se sabe, no entanto, é que o autismo vem crescendo gradativamente a cada dia, não só no Brasil, mas em todo o mundo e com possibilidades de crescer ainda mais.

Instituições organizadas geralmente por pais ou através de iniciativas privadas, para atender os autistas, como a AMA - Associação de Amigos dos Autistas - lutam pelas garantias dos seus direitos, como traz a Lei nº 12.764, Berenice Piana 2012, aprovada no Congresso Nacional, sancionada pela presidente Dilma Rousseff e publicada no dia 28 de dezembro de 2012, para que então, tornem sujeitos ativos no processo de integração social. Essa Lei foi fruto da luta das famílias que convivem com o autismo e garante o atendimento educacional individualizado e especializado às crianças diagnosticadas com TEA.

O aumento da demanda de alunos diagnosticados com TEA demonstra que há instituições que investem numa proposta educacional especializada e a qualificação profissional para proporcionar ao autista uma melhor qualidade de vida com todos os pressupostos que toda criança precisa para se desenvolver, crescer e ser feliz, independente das habilidades e competências que alcançam.

Quanto ao ser professor de autistas, é fazer parte de um “mundo azul” cheio de surpresas e desafios, vivenciar experiências que nos tornam mais conscientes e humanos a cada dia por termos a presença de anjos em nossas vidas.

Referências bibliográficas:

MELLO, Ana Maria S. Ros de. Autismo: Guia Prático. 4 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2004.

BRASIL. Decreto Federal nº 8.368/2014, de 02 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: 03 dez. 2014. Acesso em novembro de 2017.

Fonte: Wilza Carla de Sá Oliveira (Secretaria de assuntos educacionais, culturais, divulgação e imprensa)

SEPE ITAPERUNA: CHAPA 2 VENCE ELEIÇÕES COM 58% DOS VOTOS

Nós, da Chapa 2 do SEPE ITAPERUNA, agradecemos a todos os filiados que participaram da eleição que ocorreu nos dias 3, 4 e 5 de julho. Sentimo-nos muito honrados com a conquista de 58% (veja a foto nesta página) dos votos válidos do pleito. Oportunamente, vamos conclamar os diretores eleitos pela Chapa 5 para que venham se juntar ao nosso projeto por um SEPE ITAPERUNA DE VITÓRIAS, no exercício da democracia colegiada. Com isso, vamos incorporar em nossas bandeiras de luta a proposta defendida pela chapa 5 de Eleições Diretas, pela Comunidade Escolar, para diretores de escola na rede Municipal de Itaperuna. E declaramos que o Sepe sempre será seu representante legal em todas as batalhas desta grande luta pelo reconhecimento da importância dos profissionais da educação no desenvolvimento desse país.

Programa da diretoria eleita para o Sepe Itaperuna

A “Chapa 2 POR UM SEPE ITAPERUNA DE VITÓRIAS” é um movimento formado por professores, funcionários e aposentados da rede pública municipal de Itaperuna e pela rede estadual. Os diretores eleitos atuam como ativistas, representantes de escola e diretores do sindicato, na luta por nossos direitos e na organização da categoria. Defendemos as reivindicações da categoria no chão da escola! Sabendo que uma educação pública de qualidade está firmemente relacionada à transformação da nossa sociedade e por isso vamos articular nossas lutas ao conjunto dos trabalhadores da sociedade brasileira - inclusive os professores das escolas privadas, tremendamente atingidos pela reforma trabalhista. O sindicato, a nosso ver, precisa de uma renovação, sobretudo, de ideias, de postura e de atuação no dia a dia das escolas. Queremos trazer os professores e funcionários de volta para as nossas lutas e por isso teremos uma política clara para os enfrentamentos com a prefeitura e o governo estadual. Queremos um sindicato que não se isole e que venha a se articular na defesa intransigente dos direitos históricos do serviço público, da educação e dos trabalhadores.



CONHEÇA OS DIRETORES ELEITOS PELA 'CHAPA 2



ROBSON TERRA
(Rede Estadual)



JOSÉ CARLOS MACIEL ALVARENGA
(Rede Municipal Itaperuna)



JOSÉ LUIZ RIBEIRO
(Rede Estadual e Municipal)



DANILO FURTADO BASTOS
(Aposentado Rede Estadual)



PEDRO RODRIGUES
(Rede Municipal Itaperuna)



SILVANA ROCHA GARCIA
(Aposentada Rede Estadual)



O QUE FAREMOS NA DIRETORIA

DO SEPE ITAPERUNA

DEMOCRACIA: ouviremos a categoria, respeitando as diferenças e seremos transparentes em nossas decisões e nas prestações de contas;

FILIAÇÃO: vamos aumentar o quadro de associados do Sepe, hoje restrito a uma parcela pequena da categoria. Para isso, faremos campanhas de filiação nas escolas.

LUTAREMOS pelo reajuste salarial na data-base da rede municipal, defendendo a incorporação de gratificações, melhores salários e condições de trabalho para os professores e funcionários;

SEREMOS ATUANTES, acompanhando e buscando soluções para os problemas que afligem a categoria;

FORMAÇÃO: um sindicato de educadores deve discutir Educação. Vamos promover cursos, seminários e ativar a parceria com as universidades, discutindo o currículo e participando dos fóruns de educação promovidos pela sociedade;

VAMOS BUSCAR OS MOVIMENTOS POPULARES DA REGIÃO, já que uma educação transformadora necessita do envolvimento da sociedade, rompendo o isolamento no qual o Sepe Itaperuna se encontra;

INTERAÇÃO com o Conselho Comunitário de Segurança, com os Conselhos Tutelares e com o Ministério Público, construindo ações que contribuam para a mediação de conflitos relacionados à violência nas escolas.

Por isso, contamos com o seu apoio! Venha participar conosco na construção de um SEPE DE VITÓRIAS!

Resultado final da eleição para a diretoria do Sepe Itaperuna, com a vitória da Chapa 2

Itaperuna					
Ch2	Ch5	Total válidos	Branco	Nulos	Total
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
20	3	23	0	0	23
8	1	9	0	0	9
1	7	8	0	0	8
1	0	1	0	0	1
5	11	16	0	1	17
3	3	6	1	0	7
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
1	0	1	0	0	1
1	7	8	1	0	9
8	3	11	0	0	11
48	35	83	2	1	86

PROFESSORES TÊM
DIREITO AO DESCONTO
PARA DEPENDENTES.

QUEM GARANTE?

O SINPRONNF!

A ATUAÇÃO DO SEU SINDICATO CONQUISTOU ESSA E OUTRAS CLAUSULAS PRESENTES NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. SE DEPENDESSE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, ESSE BENEFICIO JA TERIA SIDO SUPRIMIDO HÁ MUITO TEMPO. POR ISSO NÃO PODEMOS BAIXAR A GUARDA. PROFESSOR QUE NÃO CONTRIBUI FINANCEIRAMENTE COM O SINDICATO FRAGILIZA O SINPRONNF NESSA DISPUTA. A AÇÃO SINDICAL PRECISA DE RECURSOS. ESSE É UM INVESTIMENTO EM VOCÊ MESMO.

**DIREITOS.
FAÇA A SUA PARTE E A
GENTE GARANTE.**



Sindicato dos Professores
do Norte e Noroeste Fluminense realiza

A educação e a superação da violência

Seminário em homenagem ao Dia do Mestre
31 de outubro, 18h30

Centro de Convenções da UNIG - Campus Itaperuna

Inscrições: no site do Sinpro NNF - www.sinpronnf.com.br

- **Palestrante:** Padre Rodrigo (teólogo e psicólogo);
- **Painel:** Dr. Bruno Cleuder (professor de Direito Penal e delegado da Polícia Civil);
- **Mediação:** Professor Robson Terra (diretor do SINPRONNF, SEPE Itaperuna, FETEERJ e Conselheiro Estadual de Educação).

Patrocínio: **UNIG** Apoio:  **SEPE**
ITAPERUNA



"AS TECNOLOGIAS QUE TENTARAM SUBSTITUIR O PROFESSOR DERAM ERRADO"

Todas as vezes que uma **tecnologia** — seja rádio, televisão ou internet — tentou substituir o protagonismo de um **professor** na sala de aula ela falhou. A opinião é de **Paulo Blikstein**, especialista em educação e professor da *Stanford Graduate School of Education*. Em visita ao Brasil para participar de palestra no evento GovTech, Blikstein defendeu que "nenhuma máquina vai realizar o milagre de dar o conteúdo certo para cada aluno, com baixo custo, substituindo totalmente a orientação humana".

"Recentemente, tivemos o caso da *School of One*, escola de Nova York focada em ensino digital individual, que não deu certo. Houve também o caso da *Summit Learning*, plataforma de educação com investimento do Facebook, que está sendo criticada pelos pais", diz.

Na visão de Blikstein, métodos e plataformas que exigem o autodidatismo do aluno não são eficazes no ensino. "Esses sistemas funcionam para algumas situações (como conhecimento em matemática), e para bases específicas".

Segundo ele, o aluno que já tem conhecimento em alguma área consegue, sim, evoluir apenas com a ajuda da tecnologia. Mas o restante dos estudantes ficaria isolado e sem diálogo para evoluir.

O professor, que estuda e atua para implementar novos modelos de educação em *Stanford*, afirmou que as escolas privadas de elite "mudaram a forma de aprendizado, sem demitir professores". "Elas estão construindo laboratórios de ciência, contratando mais professores, criando um modelo onde os alunos aprendam por projetos", diz.

Uma experiência recente desenvolvida em uma escola da periferia de Palo Alto (EUA) criou um laboratório maker, para estimular a criatividade e motivar crianças imigrantes de baixa renda. Na prática, também acabou incentivando professores a inventarem novos modelos de ensino. "Um deles me disse que não teria motivação para ensinar ciências aos alunos, se eles só tivessem acesso a um microscópio 10 minutos por semana. Ele foi até o laboratório, criou um kit microscópio que custa US\$ 5 e cada aluno ganhou um. Eles foram para casa com ele e trouxeram várias ideias para a aula", afirma.

A experiência faz parte do projeto FabLab@School, que já implementou laboratórios maker em escolas da Tailândia, da Rússia e também no campus de Stanford. A cidade brasileira de Sobral, no Ceará, também ganhará laboratórios de inovação, segundo Blikstein, construídos em parceria com a Fundação Lemann.

Blikstein diz que mudar a forma de aprendizado é importante para ensinar "as habilidades necessárias no século 21", como criatividade, pensamento crítico e colaboração. "Os empregos do futuro exigem pensamento multidimensional e resolução de problemas complexos — não o aprendizado de fórmulas".

O desafio é tornar essas novas formas de ensino, que incluem tecnologia e professor, acessíveis a todos. "Seria uma grande tragédia se criássemos uma pequena elite preparada para o mundo do século 21 e o restante continuasse aprendendo do jeito do século 19, para empregos do século 20".

Fonte: Paulo Blikstein
 (<https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2018/08/tecnologias-que-tentaram-substituir-o-professor-deram-errado.html>)



Fonte: Rafael Correa (Rato Falho)
 (<https://www.extraclasse.org.br/edicoes/2018/08/quadrinhos-117/>)

CRIANÇA SÓ PODE ENTRAR NO FUNDAMENTAL AOS 6 ANOS, DECIDE STF

Dias atrás eu estava no avião lendo um livro sobre Educação Infantil e a pessoa sentada ao meu lado me perguntou quais razões eu defenderia para que bebês e crianças pequenas frequentassem a Educação Infantil. Antes que eu começasse a responder, ele, que não era do campo da educação, acrescentou dizendo que sua dúvida era sobre quando poderia ser “bom” para um bebê começar sua jornada em um espaço de vida coletivo e até quando, ou seja, qual seria a “idade certa” para sair da Educação Infantil e iniciar no Ensino Fundamental. Essa era a sua “simples” questão.

Mal sabia ele que nessa simples pergunta envolvia tantos anos e tantas lutas que temos travado dentro do campo da educação infantil. Mal sabia ele que estávamos em meio a uma ação no Supremo Tribunal Federal querendo revogar a data de corte de ingresso no Ensino Fundamental – o que implica crianças com menos de cinco anos sendo matriculadas no Ensino Fundamental – e que continuamente somos interpelados por projeto de políticos que acreditam que a creche (0-3 anos) não é uma direito das crianças e portanto, pode ser substituída por um “vale mãe crecheira” ou qualquer outro tipo de “cuida-se”.

Olhei para ele sem saber por onde começar a explicar, ou, se apenas dizia: a educação infantil é um direito de toda as crianças desde que nascem, e como direito, me parece que não há mais nada a acrescentar. É direito e ponto. Lembrei, inclusive, de que quando visitei as escolas de educação infantil públicas em Reggio Emilia e Barcelona, fiquei tocado ao ler em um grande banner a sinalização de uma frase que dizia: “esse espaço é um direito dos meninos e meninas”, convidando as famílias e a comunidade a lutar por ele, a se perceber como parte desse direito. Talvez fosse uma resposta suficiente dizer que se trata de um direito. Mas a viagem era longa e a pergunta foi um convite aberto a um diálogo que creio precisamos fazer.

Quando um bebê começa a frequentar a creche, estamos tratando do privilégio desse bebê encontrar seus pares, outros bebês.

E esse encontro, como possibilidade de crescer junto, é uma forma dos meninos e meninas irem descobrindo as aventuras e desventuras de ao mesmo tempo construir sua noção do eu e de se tornar grupo. Uma outra criança é sempre uma grande possibilidade e companhia para conhecer o mundo que acabam de chegar.

Além disso, as oportunidades educativas que um adulto qualificado pode oferecer para essas crianças em um espaço institucional, vão se transformando em reservas criativas e emocionais para as crianças irem dando sentido sobre suas experiências. Mais ainda, a cotidianidade dessas experiências vão construindo uma marca pessoal em cada menino e menina e moldando seu horizonte.

Oferecer uma escola de qualidade para as crianças é dar a ela chance de criar recursos pessoais para viver sua infância e crescer.

É por isso que as experiências educativas que hoje são internacionalmente reconhecidas são aquelas que conseguem engendrar a possibilidade do convívio entre das crianças entre elas e a qualidade das oportunidades educativas que são ofertadas. Mais do que nunca, eu diria, uma escola precisa dar tempo para as crianças conviverem e se afrontarem com a presença de um outro real e concreto.

Além disso, ao longo destes seis primeiros anos de vida há uma série de experiências importantes que as crianças vão conquistando. Aprendem a se deslocar, inclusive, a caminhar. Aprendem a se comunicar e a entender o que os outros querem dizer através de diferentes linguagens. Aprendem a controlar seus esfíncteres, a comer, a vestir-se, aprendem a fazer amigos a expressar suas emoções e a compreender a dos outros. Aprendem a colocar em marcha suas estratégias para resolver os problemas do cotidiano, a dar sentido sobre os fenômenos do seu entorno. Aprendem todo o tempo sobre tudo.

Por isso, o espaço da educação infantil se torna um grande laboratório de cidadania, de convivência, de democracia e de adensamento dos sentidos que as crianças vão significando em sua experiência de vida.

Felizmente no Brasil, em especial nos últimos 10, nós fomos conseguindo ir desenhando um modelo de educação infantil que é diferente do que conhecemos do ensino fundamental e de outros tipos de serviços voltados para a primeira infância. Expresso nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, é entendida como

espaço privilegiado de convivência, de construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas por meio de práticas que atuam como recursos de promoção da equidade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância (BRASIL, Parecer 20/2009, p. 5).

E nesse tempo de consolidação de uma ideia de Educação Infantil, em consonância com as discussões internacionais sobre o tema, fomos entendendo que uma instituição para esta etapa não pode carregar todo o aparato musculoso do ensino fundamental. Ou seja, a educação infantil não tem seu currículo organizado em disciplinas e sim, seus eixos são as interações e brincadeiras das crianças.

O arranjo curricular proposta para a educação infantil são os campos de experiência que tem a centralidade na experiência da criança e não em listas de conteúdos prévias.

Estamos solidificando uma identidade de educação infantil que precisa ser cada vez mais compreendida pela sociedade e assumida como uma causa de todos e todas. Enquanto sociedade e representantes dos direitos das crianças, precisamos lutar para que seja seu direito estar em boa instituição de educação infantil, com profissionais bem formados, em condições adequadas e brincando, convivendo e acessando ao patrimônio que a humanidade tem sistematizado.

Essa é a melhor herança que podemos deixar para nossas crianças, é assim que podemos defender seus direitos, já que criança não tem sindicato. Sejamos nós o sindicato delas.

Em tempo: Enquanto finalizava esse texto, por sorte, o Supremo Tribunal considerou constitucional o corte etário definido pelo Conselho Nacional de Educação, portanto, somente as crianças que completam seis anos até 31 de março do ano corrente poderão ser matriculadas no Ensino Fundamental. Acompanhem as discussões sobre a Educação Infantil através do Movimento Interforuns de Educação Infantil do Brasil.

Fonte: Paulo Fochi
(<https://lunetas.com.br/crianca-so-pode-entrar-no-fundamental-aos-6-anos-decide-stf/>)



BNCC SIGNIFICA DEMISSÃO EM MASSA DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO PARA A DESIGUALDADE (POR HELENIR AGUIAR SCHÜRER)

No último dia 23, em pleno recesso escolar, o Ministério da Educação lançou uma convocatória para o “Dia D” da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC). O plano, entre o absurdo e o impraticável, é realizar uma consulta sobre o documento em 28 mil escolas do Brasil no dia 2 de agosto; uma semana depois do anúncio.

A iniciativa não representa uma súbita crise de consciência pela falta de diálogo. Trata-se de uma tentativa desesperada de implementar a BNCC sem alterações estruturais, apostando numa tosca fachada de debate público. A pretensão de discutir as mais de 150 páginas do documento num único dia, com meio milhão de professores, atesta o que já sabíamos. O governo não quer conversar com educadores(as) sobre educação pública.

O motivo é simples: quanto mais desinformada estiver a comunidade escolar sobre as transformações explícitas e implícitas na reforma, melhor para os patrocinadores da BNCC. O Movimento pela Base, que coordenou a redação aprovada às pressas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2017, aguarda ansioso pelas oportunidades de negócio que devem surgir sobre os escombros da escola pública brasileira.

O grupo, composto por instituições privadas de ensino, fundações educacionais, gigantes do ramo dos livros didáticos, movimentos conservadores e think tanks internacionais, articula-se desde 2013 para abocanhar parte significativa da educação pública. É um mercado e tanto, responsável por 86% das matrículas de Ensino Médio no país. O ataque privatista tem múltiplas frentes e encaixa-se perfeitamente ao projeto de Estado mínimo que assola o Brasil e o Rio Grande do Sul.

Demissões em massa

Se a BNCC for implementada, nossa próxima luta não será por salário ou reposição da inflação. Será por emprego. A obrigatoriedade de apenas duas disciplinas implicará em uma redução drástica no número de docentes de outras áreas. Mesmo professores(as) de português e matemática serão afetados, já que 40% da carga de 1.800 horas pode ser ofertada à distância. Quantos de nós sobrarão?

Já a Educação para Jovens e Adultos (EJA) poderá se dar 100% à distância. Quantas escolas têm laboratórios de informática atualizados? Quantos alunos de escola pública têm acesso fácil a internet de qualidade?

Com o sucateamento imposto pelo deserto de investimentos, poucas instituições poderão ofertar mais do que um dos cinco “percursos formativos”, ou “currículos flexíveis”, responsáveis pelas 1.200 horas que complementaríamos a certificação do Ensino Médio. Quem puder pagar vai engordar seu histórico escolar com cursos profissionalizantes e mais aulas em EAD, entre outras modalidades afeitas à terceirização e privatização.

Que chances terão os alunos da rede pública de acessar o Ensino Superior enquanto estudantes da rede privada desfrutam do menu completo?

A BNCC promove um verdadeiro apartheid socioeducacional, projetado para transformar jovens em massa de trabalho acrílica e apática. Mão de obra barata para a estratégia neoliberal de superação da crise do capital. Há, aqui, uma sinergia com o projeto Escola sem Partido, que censura educadores(as), engessa conteúdos pedagógicos e inibe reflexões críticas sobre a condição social da imensa maioria dos brasileiros.

Essa discussão não pode ficar entre quatro paredes e tampouco ser reduzida a um dia de debates inócuos e orientados por quem ataca a escola pública. É preciso ampliar o conhecimento sobre as reais consequências e intenções da BNCC e da Reforma do Ensino Médio para o conjunto da sociedade.

Precisamos envolver toda a comunidade escolar, incluindo pais e alunos(as), na defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade, com gestão democrática e comprometida com a formação integral do cidadão. Não há remendo que possa consertar uma proposta viciada em suas origens. O futuro da escola pública depende da revogação imediata da BNCC e da Reforma do Ensino Médio.

(* *Helenir Aguiar Schürer é professora do Estado há mais de 30 anos e atual presidente do CPERS Sindicato.*)

Fonte: Helenir Aguiar Schürer
(<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2018/07/bncc-significa-demissao-em-massa-de-professores-e-educacao-para-a-desigualdade-por-helenir-aguiar-schuerer/>)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO QUER REFORMAR A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA. NÃO PERMITIREMOS!

Leia, a seguir, o manifesto contra a tentativa do MEC de reformar a Política Nacional que traz as diretrizes para a educação inclusiva no Brasil. Ao final do texto, veja como você pode ajudar na mobilização contra esse absurdo!

POSICIONAMENTO DO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOBRE INTENÇÃO DO MEC DE REFORMAR A PNEEPEI (2008)

Recebemos com indignação a notícia de que o Ministério da Educação – MEC fará uma reforma nas diretrizes fundamentais da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (2008), sob a justificativa mórbida e sem fundamento de necessidade de “atualização”. Tal Política foi fundamentada na Constituição Federal de 1988 e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD, sendo esta última norma constitucional. Pela lei, os sistemas educacionais devem ser inclusivos!

A proposta de reforma EXCLUI do nome da Política o termo “na perspectiva da educação inclusiva”. Isso já diz muito sobre o que se pretende. Trata-se de revisionismo, e não de atualização. Esse movimento é uma tentativa de recriar espaços específicos (segregados) para a relação ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência, prática que a legislação vigente rechaça e que a atual Política, que o MEC quer destruir, igualmente não permite.

A PNEEPEI, que defendemos por dever ético, definiu a educação especial, outrora modalidade escolar substitutiva, como uma modalidade transversal que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com o intuito único de promover a inclusão. Assegurar o Atendimento Educacional Especializado de maneira complementar e/ou suplementar é uma conquista da nossa sociedade e uma evidência de sua evolução. Não há o que reformar!

Também não aceitaremos um processo que escancaradamente excluiu do debate educadores, universidades, pesquisadores, movimentos sociais, sindicatos e instituições que defendem a inclusão escolar, uma vez que a proposta de reformar a PNEEPEI foi anunciada em reunião organizada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, em 16 de abril de 2018, em Brasília. Dessa reunião participaram pouquíssimas instituições, sendo a maioria historicamente contra os avanços da PNEEPEI.

Suprimir direitos de pessoas com deficiência talvez seja a face mais vil do retrocesso que nos foi imposto. Pessoas com deficiência têm direitos humanos e as suas vidas importam!

Fonte: MEIRE CAVALCANTE

Ver artigo completo em:
(<https://inclusaoja.com.br/2018/05/12/o-ministerio-da-educacao-quer-reformar-a-politica-de-inclusao-escolar/>)



A QUEM INTERESSA A PROPOSTA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR?

SEPE/RJ reapresenta as principais polêmicas suscitadas pelas propostas e imposições do MEC do governo golpista de Temer sobre as Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC). Os profissionais da educação da Rede Estadual do Rio de Janeiro e de todas as redes municipais devem urgentemente discutir, se posicionar e se mobilizar contra estes “currículos nacionais”. Pois a BNCC incidirá sobre o nosso fazer pedagógico, sobre os cursos das licenciaturas e curso normal, sobre as políticas de formação continuada e materiais didáticos em todas as redes.

A BNCC golpista para a Educação Infantil e Ensino Fundamental já foi imposta, temos que organizar uma grande luta de resistência para revoga-la. Já a BNCC para o Ensino Médio “está em discussão”, uma discussão fictícia organizada pelo MEC, “para inglês ver”.

O sindicato apoia-se, especialmente, nas formulações da Exposição de Motivos contra a BNCC, elaborada pelo GT de Currículo da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e ABdC (Associação Brasileira de Currículo). Duas entidades que representam grande acúmulo teórico de profissionais das várias áreas da Educação, entidades comprometidas com as lutas por uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade, democrática e socialmente referenciada.

É surpreendente que a BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental tenha sido imposta, e a BNCC do Ensino Médio esteja “em discussão” sem um exaustivo e amplo diagnóstico das Diretrizes Curriculares Nacionais, documento ainda em vigor no país, elaborado entre os anos de 2009 e 2012.

Qual é a avaliação do impacto das DCN’s sobre os nossos sistemas de ensino?

As Diretrizes são insuficientes para o pleno desenvolvimento da educação pública no Brasil? Indo além: quais são as reais possibilidades de sucesso das políticas curriculares sem a transformação das condições efetivas das escolas e a valorização dos seus profissionais, sem a superação das adversidades em regiões ainda marcadas pela miséria e violência?

No estado do Rio, o debate foi praticamente inexistente, e continua assim. Políticas como “Dia D de discussão nas escolas”, ou no caso da Rede Estadual a imposição de um “sábado pedagógico” com este tema, são completamente insuficientes, marcadas pelo formalismo e inclusive pelo autoritarismo. Discussões sobre currículo exigem tempo, leitura, estudo, reflexão coletiva, inclusão das diferenças. É constitucional, inclusive, a convivência democrática de plurais concepções pedagógicas, base política claramente contrária a um “currículo nacional” uniformizador.

O SEPE/RJ já realizou reflexões sobre o tema num Seminário de Educação, em outubro de 2015. Certamente um caminho apenas inicial, que pretendemos retomar e aprofundar urgentemente. Por isso o SEPE/ RJ relança este boletim, atualizado, e convida a categoria para o debate e mobilização coletiva. Temos que denunciar a BNCC golpista, rejeitá-la e revogá-la.



TEMOS QUE CONSTRUIR, DESDE O “CHÃO DA ESCOLA”, NOSSAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS, ALTERNATIVAS

1. Diversidade x homogeneização

A BNCC possui uma tendência à padronização, numa lógica de administração da educação centralizada, calcada no tripé: formação de professores, avaliação em larga escala e BNCC. Acentuando-se a homogeneização, os aspectos da diversidade, da localidade, da autonomia dos processos pedagógicos e curriculares em cada escola enfraquecem-se e se reduzem a um segundo plano.

Uma proposta que não privilegia tais elementos vai de encontro às lutas políticas ocorridas no Brasil, garantidas na LDB, no artigo 3º: a valorização dos profissionais da educação, da gestão democrática, da diversidade, da tolerância, da experiência extraescolar, da pluralidade de ideias e concepções pedagógicas.

2. Nacional como homogêneo: um perigo para a democracia

Entendemos que a qualidade da Educação Básica só pode ser pensada socialmente e como direito público de todo e qualquer cidadão.

Consequentemente, qualquer proposta curricular precisa considerar as adversidades e diversidades locais (de ordem étnica, cultural, social, política e econômica) e individuais, relativas a interesses e capacidades de aprendizagem e aos direitos de respeito aos conhecimentos construídos antes e fora da escola. Para além dos direitos de aprendizagem de conteúdos prescritos fora do universo social dos alunos e organizados sem levar em conta que estes são, e precisam ser, sujeitos de suas aprendizagens.

As desigualdades, diferenças e diversidade social, cultural e econômica existentes no Brasil exigem, portanto, flexibilidade na norma curricular. Essa flexibilidade é incompatível com a definição de uma base nacional comum idêntica para todos, sob pena de entendimento do nacional como homogêneo e do comum como único, contrariamente aos princípios de respeito e valorização da pluralidade, fundamento da educação nas sociedades democráticas.

3. Os entendimentos do direito à aprendizagem

Os defensores da BNCC se utilizam de alguns aspectos para sustentar a ideia da Base Nacional Comum, entre eles está os direitos de aprendizagem dos estudantes. Estes são apresentados na BNCC através de eixos, conteúdos, dos quais se desdobram nos objetivos a serem alcançados pelos professores. O direito a educação se reduz a direito a aprendizagem

e se transforma em mera escolarização. Na BNCC há uma naturalização e homogeneização dos direitos; as diferenças são tratadas como especificidades e são escamoteadas. Ou seja, as diferenças são escondidas ou não são tratadas como deveriam num processo educativo. O direito à aprendizagem acaba não sendo articulado com as outras dimensões deste processo educativo, que é mais complexo e multirreferencial do que se apresenta na BNCC. A aprendizagem não se esgota em uma lista de conteúdo.

4. Conteúdo não é base

A lógica da BNCC, baseada na seleção de conteúdos, desconsidera os contextos de produção, calcados sempre em relações de poder, que excluem uma pluralidade de saberes e de atores sociais,

desconhecendo que a construção do currículo é uma arena de combates em torno de diferentes significados.

Uma reforma curricular deve iniciar sua discussão pelo chão da escola através de questões centrais: o que é o currículo? O que é avaliação? O que são direitos de aprendizagem? Uma questão se coloca: a possibilidade da BNCC difundir um modelo baseado na hierarquização, padronização, “apostilamento” e privatização do ensino.

5. Projetos parecidos fracassaram em outros países

Parte dos argumentos utilizados a favor da imposição de uma Base Nacional Comum se baseia em experiências internacionais de avaliação de desempenho externas, modelos meritocráticos amarrados em um “currículo comum” de base nacional. Pouco se fala sobre os resultados produzidos em países como EUA, África do Sul, Suécia e Finlândia: nesses países, as propostas apresentadas aqui no Brasil como “salvadoras da pátria” estão sendo duramente criticadas por profissionais renomados, levando a mea culpa de reformadores como a americana Diane Ravitch e o sul-africano Lesley Le Grange. Por outro lado, pesquisadores na área de educação levantam temas polêmicos referentes à reformas neoliberais no espaço escolar, como a denuncia do “processo de demonização das professoras americanas” de William F. Pinar.

Por fim, tais experiências expõem uma fragilidade grave: uma hierarquização proposta pela divisão “planejadores” e “executores” na BNCC destoa de um projeto educacional que almeje a construção de princípios democráticos cada vez mais radicais nos ambientes escolares. A homogeneização curricular atinge princípios básicos defendidos e dinamizados por milhares profissionais que visam garantir a diversidade, a autonomia e a busca por práticas democráticas e a valorização dos saberes locais.

6. Gestão democrática x responsabilização

A adoção da BNCC comprometerá a democratização da gestão escolar conforme definido pela LDB e pelo PNE. O atrelamento da BNCC às avaliações externas, bem como seu caráter prescritivo fortalecem instâncias de controle do trabalho docente com a adoção de um modelo de gestão de inspiração abertamente empresarial, não participativo, que concentra poderes nas mãos de diretores e autoridades externas às escolas, tanto na gestão administrativa quanto pedagógica.

A adoção dessas políticas padronizadas de cima para baixo deixa pouca ou nenhuma margem de manobra para a definição dos projetos político-pedagógicos com o planejamento das ações e currículos escolares, na medida em que promovem a parametrização pelo mínimo obrigatório dos currículos das escolas e as hierarquizam de acordo com seus resultados.

Entendemos que o papel do MEC como gestor da política educacional brasileira e responsável pelo respeito a legislação educacional brasileira passa por proteger as diversidades, e não por conduzir “os administradores” dos sistemas locais de educação a qualquer tipo de influência unificadora desrespeitosa para com as especificidades e possibilidades de trabalho das unidades educativas sob sua responsabilidade ou a pressão sobre profissionais da educação, estudantes e comunidades escolares ditadas por mercados ou outros interesses que não o da construção de um sistema público de educação para todos, democrático, laico e de qualidade.

Sustentamos que a coerência com os princípios democráticos aponta para a busca cada vez maior de flexibilização e de suporte local e não para o movimento de unificação curricular, que se mostra favorável ao estabelecimento de hegemonias e consequentemente exclusão social e escolar. Inspirados no sociólogo Boaventura de Souza Santos, defendemos que “as soluções para os problemas globais são locais e que, quanto mais global for um problema, mais locais devem ser as soluções”.

7. A Base e a avaliação (contribuição do professor Luiz Carlos de Freitas)

A elaboração da BNCC ficou centrada na produção de objetivos de aprendizagem que parecem voltados para a elaboração de testes padronizados e censitários, que serão usados como instrumentos para a meritocracia. Que desconsidera as possibilidades específicas de ensino e aprendizagem nos diferentes contextos sociais, culturais e econômicos. É o controle verticalizado, ampliando os processos de segregação escolar, ao contrário do que dizem propor aqueles que a defendem. Uma Base Nacional (se é possível de ser feita) deveria partir de um entendimento sobre o que é uma boa educação para poder orientar os esforços da nação na formação de sua juventude, e não de medidas fragmentadas de seleção e organização de conteúdos sem que objetivos mais amplos a oriente.

Ao invés disso, o MEC assumiu valorizar a controversa ideia de que obter nota alta ou melhorar a nota média do estudante ou da escola em testes de avaliação padronizados e censitários conduz a boa educação nacional, em uma perspectiva de hipervalorização do “teste” como guia e orientador das políticas de currículo, quando deveria se dar o oposto.

Com relação a isso, temos a experiência do estado de Nova York, nos EUA, onde 220 mil crianças foram retiradas do sistema público de avaliação por seus pais, o que atesta a capacidade opressora e nociva aos estudantes daquilo que se pode chamar de “avaliacionismo”.

Junte-se a isso a ruptura com a necessária autonomia docente que a padronização curricular, por meio da avaliação externa e hierarquizadora, causa –

com consequências sobre as necessárias adaptações nos procedimentos e modos de abordar conteúdos em função das necessidades e possibilidades dos estudantes em cada sala de aula e em cada escola. Ou seja, temos motivos suficientes para questionar a possível melhoria da qualidade da escola pública promovida pela definição da base, reiterando nossa posição contrária a ela.

8. Desqualificação do trabalho docente:

unificação curricular e avaliação externa

A BNCC reforça a formação tecnicista e neoliberal, e em relação aos docentes, estes são vistos como “os grandes culpados” do processo educacional, centralizando a maior parte da responsabilidade pelo êxito da educação, êxito este quantificado pelas avaliações externas. Mais uma vez a Base imposta ou proposta não considera a diversidade como componente do processo educacional, nas avaliações externas e no currículo unificado não há espaço para as diferenças, essenciais na educação.

Os educadores não podem ser culpabilizados e desmoralizados pelo fracasso de metas impostas externamente ao ambiente escolar. A BNCC se baseia em reformas curriculares guiadas por valores mercadológicos, antidemocráticos e desumanizadores. Defendemos uma educação para a diversidade, que valorize a autonomia de cada escola, o que permite que cada problema e situação específica seja tratada por educadores, conselhos e outros agentes da escola em parceria com universidades ou outros espaços democráticos de socialização do conhecimento. 9. Metodologia da construção da BNCC: pressa, indicação e indefinição.

Um último ponto refere-se à metodologia de construção da BNCC, guiada pela pressa e pela indefinição sobre etapas e critérios. Os prazos são apressados, os debates minimizados, as participações reduzidas e as consultas aos sujeitos da educação são meros simulacros. As “consultas” se dão em termos de concordância e discordância com as propostas apresentadas ou impostas, não há debate sobre os sentidos do que está se propondo ou impondo. As “consultas” têm limites muito estreitos: no máximo adequação do que já está pré-definido.

Vídeos de “sensibilização”, ostensiva propaganda promotora, consultas com documentos de múltipla escolha, comissões indicadas apenas por governantes e empresários da educação... Questionamos: quem escreveu a BNCC? Como as redes estaduais e municipais participaram ou participarão? Quem foram os “especialistas” que orientaram teoricamente a construção da BNCC e quais são os seus interesses? A quem interessa essa reforma?

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL



NÃO À BNCC! PELA REVOGAÇÃO IMEDIATA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO!

Num momento em que o governo ilegítimo e usurpador de Temer continua a promover a retirada de direitos da população, a educação pública, a juventude e os profissionais de educação se tornaram o alvo central destes ataques. É nesse contexto que se encontra inserida a BNCC e a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415).

Não pode haver melhorias nem acertos num documento que atende aos interesses dos setores privatistas, que querem abocanhar ainda mais os recursos destinados à educação pública. Por isso, a posição do sindicato e da categoria, aprovada em assembleia, é clara: Não à BNCC e pela revogação da Lei 13.415. Por que lutar contra a BNCC e a Reforma do Ensino Médio

- Porque a implantação dessas propostas aprofundará ainda mais as desigualdades sociais e educacionais no Brasil, negando a pluralidade, a diversidade e a democratização do conhecimento em nossas escolas;

- Porque o Estado se desresponsabiliza da formação integral e diversificada dos nossos jovens, reduzindo drasticamente as possibilidades de ingresso da população de baixa renda nas universidades públicas;

- Porque ela significa uma radical cisão entre o ensino médio e a educação fundamental através dos itinerários formativos, rompendo com a unidade da educação básica brasileira;

- Porque haverá um empobrecimento curricular com a obrigatoriedade apenas de português e matemática, que também terão suas cargas horárias reduzidas, podendo parte dela ser ministrada à distância;

- Porque as outras disciplinas não serão mais obrigatórias, podendo ser ofertadas à distância ou em módulos;

- Porque este “currículo flexível” poderá ser ofertado através de convênios privados de qualquer tipo ou educação à distância;

- Porque com os chamados “itinerários formativos”, na prática, cada escola vai oferecer as disciplinas que possuem professores, ao contrário do que vende a propaganda na qual o aluno vai escolher o que quiser;

- Porque a mercantilização e a privatização do Ensino Médio, fomentadas pela Reforma,

caminham em sintonia com a Emenda Constitucional n. 95, a qual congela por 20 anos os investimentos públicos em políticas

sociais, inclusive na educação;

- Porque ela leva à precarização do trabalho docente e ao desemprego, pois com a terceirização das atividades fins, a contratação de profissionais com “notório saber” e o ensino à distância, esta lei dispensa, na prática, a necessidade de concursos públicos;

- Porque, para os professores da rede estadual, ela significará a sua repartição ainda maior em várias escolas, procurando unidades para se alocar, tentando não ser “expulso” da rede estadual.

Fonte:

Boletim do Sepe Especial BNCC é uma publicação da Secretaria de Imprensa do Sepe-RJ - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro - Fundado em 16 de julho de 1977

Endereço: Rua Evaristo da Veiga, nº 55, 7º/8º andares Centro - Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20031-040

Tel.: 2195-0450. www.sepe-rj.org.br

Tiragem desta edição: 20 mil exemplares



NÃO ACABO AMIZADE POR POLÍTICA

Se tu concordas que os portugueses não pisaram na África e que os próprios negros enviaram seus irmãos pra nós servir; acabo a amizade pelo desconhecimento da HISTÓRIA;

Se tu concordas que 170 projetos, apenas dois aprovados, é o mesmo que 500; acabo a amizade por causa da MATEMÁTICA;

Se tu concordas que o alto índice de mortalidade infantil tem a ver com o número de nascimentos prematuros; acabo a amizade pela CIÊNCIA;

Se tu concordas que é só ter carta branca para que BM e Civil matem quem julgarem merecer; acabo amizade por causa do DIREITO;

Se tu concordas que não há evidências de uso indevido do dinheiro público, mas acha que é mito quem usa apartamento funciona "pra comer gente"; acabo amizade pela MORAL;

Se tu concordas que Carlos Brilhante Ustra não foi torturador e que merece ter suas práticas exaltadas; acabo amizade por (falta de) CARÁTER;

Se tu concordas que Bolsonaro participou, aos 16 anos, da perseguição ao Lamarca; acabo a amizade por (falta de) VEROSSIMILHANÇA;

Se tu concordas que não temos dívida social com um povo que foi arrancado de seu mundo pra servir a outro e que diferenças de tratamento étnico-racial é historinha; acabo amizade por RACISMO;

Se tu concordas que as mulheres devem ganhar menos por gerar vidas e que são frutos de "fraquejadas", merecendo serem estupradas, ou não, de acordo com sua aparência; acabo amizade por MISOGINIA;

Se tu concordas que não há possibilidade das pessoas viverem sua sexualidade livremente, com direitos e deveres como qualquer cidadão ou cidadã, mas que sim devam apanhar para aprender o "certo"; acabo amizade por HOMOFOBIA;

Como vocês podem ver, não acabo amizade por política.

Acabo pela quantidade de truculência, ignorância e desrespeito que acompanha quem diz que não se acaba amizade por política.

O fascismo não se discute, se combate.

Fonte:

Marco Antônio Junior Conteúdo Inteligente (<https://www.facebook.com/pg/marco34comunicador/posts/>)

A ALMA ARRANHADA E O MUSEU NACIONAL: A FERIDA PERPÉTUUA DA CATÁSTROFE DOS NOSSOS DIAS

Escrevi esse texto um dia após o incêndio que consumiu o Museu Nacional. Dia 03 de setembro: Dia do Biólogo. A ironia é que essa data que me traz tanto orgulho, hoje tem um gosto amargo de esperança chamuscada da mais profunda tristeza.

Ontem foi um domingo de sol e cheio de vida na cidade Maravilhosa do Rio de Janeiro. Várias famílias visitaram pela última vez esse patrimônio da humanidade e da sociedade carioca. Era um dia de domingo comum onde a felicidade e a carioquice transitava pela sua própria casa: A Quinta da Boa Vista e o Museu Nacional.

O Museu Nacional: Essa instituição com ares de eternidade magnífica, receptiva a tantas pessoas, reduto de conquistas e alegrias, local que me inspirava profunda reverência, sucumbiu e rasgou todos os nossos corações.



Todo carioca tem lembranças da Quinta da Boa Vista. Lá é um lugar imenso, cheio de vida onde todo mundo pode entrar de graça, brincar, fazer piquenique, relaxar - e eventualmente ser mordido por muitos mosquitos. E lá na Quinta, no imperial bairro de São Cristóvão, repousa o Zoológico do Rio e o nosso Museu Nacional.

Ele foi a residência de monarcas e fazia parte da história da única capital imperial das Américas bem aqui no local mais acolhedor do Rio de Janeiro.

E nos dias atuais era também a casa do povo e do livre-saber. Ele era de todos nós. Preços acessíveis com ciência e cultura de qualidade para todos. E foi devorado pelas chamas a olhos vistos por todos nós. Todos choramos.

Eu sempre vi o Museu como o meu Museu. Eu visito o Museu desde criança. Minha mãe (apelidada de C4), bióloga, sempre me incentivou a amar as Ciências Naturais e outros campos de conhecimento como a História, Antropologia e a Arqueologia. Eu hoje mesmo sou Bióloga, Paleontóloga, Paleobiogeógrafa e agora estudo o Paleoclima e flerto claramente com a Arqueologia. Boa parte da minha vocação se dá a espaços como o Museu Nacional. Ele me ensinou a sonhar e a tecer meus sonhos.

Dói saber que uma parte de nós, cientistas, foi roubada de nós pelo descaso, pela maldade de desmontes sistemáticos e repetidos. Roubaram nosso passado como parte integrante da humanidade. Roubaram o nosso presente. Roubaram o nosso futuro. O quanto ainda podia ser estudado? O quanto ainda podia ser descoberto? E nessa imensidão do silêncio da possibilidade imensurável, repousa o dilacerar dos nossos pensamentos de tudo o que poderíamos ser e nunca mais seremos.



Nada mais simbólico do que as chamas do Museu Nacional. A primeira instituição científica do Brasil. O maior acervo das Américas. O reduto de conhecimento de múltiplas áreas, a interdisciplinaridade corriqueira que cumpria, desde sempre, o dever máximo da ciência: Divulgar o conhecimento. Trazer para o indivíduo comum o esclarecimento. Tudo às vésperas do dia do Biólogo e às vésperas do feriado da Independência do Brasil.

Ainda mais considerando que a Declaração da Independência do Brasil foi assinada pela Princesa Leopoldina dentro desse prédio. Nele também foi realizada a nossa primeira Assembleia Constituinte como República.

Tudo no Museu Nacional reflete em amplas grandezas de tempo. São 200 anos de instituição em aproximadamente 500 anos de Brasil. Milhões de anos perdidos pelos nossos fósseis.

Milhares de anos queimados com nossos registros arqueológicos e antropológicos. Centenas de anos de registros históricos e da biodiversidade que se esvaíram. O registro do nosso conhecimento nos é tomado pelas labaredas da ignorância.

Um museu é muito maior que a exposição. Ele compreende a reserva técnica, a documentação, livros-tombo, salas de aula, equipamentos e materiais de pesquisa, holótipos, arquivos, materiais bibliográficos, arquitetura, arte entre outros elementos fora os materiais que ainda não haviam sido tombados.

Quem vive de pesquisa nesse país, é por natureza um sobrevivente. Quem faz ciência é resiliente. Tudo conspira contra. Há falta de investimento, incentivo, compreensão, apoio. A falta de amadurecimento como nação.

Qual cientista nunca escutou: "Você só estuda, não trabalha" ou viveu com críticas obtusas de ser um "Estudante profissional" ou "que mama nas tetos do Estado" entre outras barbaridades que temos de escutar no nosso cotidiano. Mal sabem que Ciência é um trabalho. Eu mesmo já cheguei a trabalhar mais de 14 horas por dia; eu costumo trabalhar aos finais de semanas, feriados; não tenho férias. Minha vida gira em torno de prazos super apertados, falta de estrutura e com baixo incentivo financeiro.



É isso não é privilégio meu. É algo que faz parte do cotidiano de milhares de cientistas das mais diversas áreas do conhecimento.

Tudo pela sede do conhecimento do meu país, do mundo, da humanidade, da ciência que pretende, por definição, avançar e nos elevar como sociedade. As pessoas mal sabem que boa parte da nossa vida contemporânea não seria real sem a produção desse conhecimento para a compreensão daquilo que nos cerca e daquilo que nos faz sermos nós mesmos. Sem a pesquisa não podemos nem elaborar hipóteses e predições para cenários futuros e sobreviver às nossas próprias ações como humanidade.

Fala-se de um acervo de mais de 20 milhões de peças. Mas um museu é muito mais que isso. Ele é a memória. Ele é a cultura. Ele é o ensino.

Ele é a educação. Eu, particularmente, nunca trabalhei com materiais provenientes do Museu Nacional. Mas tenho dezenas de amigos e colegas que foram formados por essa instituição ou que trabalhavam lá diretamente ou através de parcerias. Sem contar os convênios entre instituições brasileiras e internacionais. Quem trabalha com pesquisa sabe da dedicação que ela exige em termos de excelência e dói saber que vidas foram arruinadas, carreiras foram reduzidas a pó e sonhos atuais e futuros se perderam.

Quantas crianças passaram a amar as Ciências Naturais ou Arqueologia, Antropologia, História através do contato com o Museu Nacional? E quem perdeu seu local de vocação, de sonho, de pesquisa, perde também a sua casa. Então somos um Rio e um país mais uma vez órfão de si mesmo.

Quanto a memória, trago lembranças da minha infância, adolescência, juventude, do meu desenvolvimento como ser humano, cidadã e cientista. Conhecimento, Maravilha e Fantasia. Uma das minhas heroínas era a Imperatriz Teresa Cristina, esposa de D. Pedro II, culta, intelectual, nerd e que sempre apoiou a arte, a cultura, a ciência e que trouxe sua paixão pela pesquisa pelo conhecimento e ajudou a desenvolver o embrião da pesquisa no Brasil. Tudo no Museu Nacional.

Além disso, eu sempre imaginava as princesas em seu jardim (Jardim das Princesas), fazendo mosaicos e sendo educadas com maestria pelos seus tutores. A vida de um tempo que só reconhecia pelos livros de história. Também quando eu ia lá podia desfrutar de um pouco da história dos meus antepassados, que também amavam a ciência e que se importavam com o meu país.



Os nerds, pensadores e intelectuais imperiais e de diversas outras gerações que passaram pelo Museu Nacional e que amavam essa terra e que respeitavam o conhecimento e o saber.

É tudo muito triste saber que a perda será irreparável e que as futuras gerações nunca poderão entrar no museu e descobrir suas maravilhas e ter aquele gatilho, aquela fagulha de deslumbramento que poderia instigar novos cientistas.

E essa ferida, será para sempre nossa.

A resiliência nos é inerente como cientistas. Ela precisa ser também como humanidade. Mesmo que a gente saiba que esse descaso não é só com o nosso museu. Ela é com todas as instituições de saber, cultura, memória do nosso país e, com especial destaque, o Rio de Janeiro. Uma metáfora que se faz carne e nos estapeia.



Mas resistimos, enxugando as nossas lágrimas e seguimos em frente, rasgando a indiferença.

O Museu vive. Ele ainda respira dentro de nós.

Afinal, como diria o Dr. Ian Malcolm em Jurassic Park (1993): "Life finds a way".

Autor: Thaís de Castro Cunha Parméra é Bióloga (Licenciatura e Bacharelado) pela UERJ; Bacharel em Direito pela UFF; Analista de Sistemas Informatizados pelo Instituto Superior de Tecnologia em Ciências da Computação do Rio de Janeiro (Faeterj- Rio); Mestre em Ecologia e Evolução pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Especialista em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Atualmente doutorando em Análise de Bacias e Faixas Móveis também pela UERJ. É jornalista, editora do Jornal S.O.S. Terra Resistência Verde e integra a divisão de meio ambiente da ONG Movimento Conservacionista Teresopolitano. Trabalha com arte, projetos sociais e de educação há mais de 12 anos. Tem um blog e um canal no Youtube chamado "Utopia Cibernética" e realiza frequentemente parcerias com outros blogs e podcasts do Brasil.

Fonte:

(<http://egomol.blogspot.com/2018/09/a-alma-arranhada-e-o-museu-nacional.html?m=1>)

MUSEU NACIONAL: O PASSADO E O PRESENTE QUE SE FORAM...

Hoje, dia 2 de setembro de 2018, o Museu Nacional da UFRJ sofreu um incêndio de dimensões catastróficas cujas reais perdas ainda não é possível estimar. Mas as imagens veiculadas na TV e na internet não deixam dúvidas sobre a gravidade e a dimensão da perda material que as chamas provocaram. Um prédio histórico com um acervo de mais de 20 milhões de artefatos, além de ser um local de ensino e de pesquisa dedicados aos mais diversos campos do conhecimento, contribuiu por mais de 200 anos para a preservação e o desenvolvimento da ciência em nosso país.

Localizado no interior do parque da Quinta da Boa Vista, mais precisamente no Palácio de São Cristóvão, que outrora foi a residência da Família Real portuguesa (1808 a 1821) e brasileira (1822-1899) e tendo sediado a primeira Assembleia Nacional Constituinte da nascente república (1889-1891), o Museu Nacional é uma das instituições científicas mais antigas do Brasil, além de ser considerado um dos maiores museus de história natural e de antropologia das Américas. Em 1900, foi aberto ao público com suas exposições permanentes. Dada a sua importância histórica, já em 1938 o prédio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo incorporado à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1946.



Durante os seus duzentos anos de história, foi preservado em seu museu um acervo em constante transformação, englobando alguns dos mais relevantes registros brasileiros no campo das ciências naturais e antropológicas.

O seu acervo não se limita a itens brasileiros, pois, do ponto de vista temporal e espacial, havia uma rica e diversificada variedade de elementos provenientes de diversas regiões do mundo, artefatos de sociedades humanas povos e civilizações antigas (como múmias) ou mesmo itens não humanos como fósseis de criaturas pré-históricas.

Este acervo é fruto de situações variadas como aquisições, escavações, coletas, permutas e doações, sendo dividido em coleções de campos científicos como geologia, paleontologia, botânica, zoologia, antropologia biológica, arqueologia e etnologia.

Se colocado em números, no interior dos 11.417 m² de área construída do Museu, eram encontradas 15.652 amostras de coleções geológicas, 537 mil títulos da biblioteca, 550 mil exsicatas de plantas do herbário, 1.560 obras raras na Biblioteca Central, dentre as quais, uma datada de 1481, 6 milhões e 550 mil exemplares de coleções geológicas, 17.915 exemplares base (tipos) de descrições originais de espécies.



Além disso, nos arredores do palácio, há o Horto Botânico, com um espaço verde de aproximadamente 20.000 m² onde são encontradas cerca de 330 espécies vegetais oriundas de ecossistemas nacionais e espécies exóticas. Ali são realizadas pesquisas botânicas, canteiros de ervas medicinais e plantio de mudas. Números impressionantes que não encontram par na América do Sul.



As atividades de ensino e de pesquisa se distribuem entre os departamentos de Antropologia Biológica, Antropologia Social, Arqueologia, Etnologia e Etnografia, Linguística, Botânica, Entomologia (insetos), Geologia e Paleontologia, Invertebrados e Vertebrados. Além de seis programas de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq), Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas (PPGBot),

Programa de Pós-Graduação em Geociências (PPGEO), Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLIND) e Programa de Pós-Graduação em Zoologia (PPGZoo). O acervo também era objeto de estudo do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural com intuito de melhorar a acessibilidade no Museu.



Com um capital cultural ou humano riquíssimo, o Museu apresentava os mais variados campos das ciências desenvolvidas por alunos e pesquisadores, oferecendo ao público, especializado ou não, contato com conhecimento acadêmico produzido dentro e fora de seus muros, estreitando fronteiras, despertando curiosidade e fascínio, proporcionando um lugar de memória afetiva e acadêmica para um sem número de pessoas que marcaram a sua existência. Por fim, a história deste museu é a história de seus itens, de suas edificações e de sua gente, daqueles que fazem o seu dia-a-dia.

No ano em que completou 200 anos de existência, o Museu Nacional da UFRJ sofre um incêndio de proporções catastróficas que deixa órfãos não apenas cientistas, docentes, técnicos, trabalhadores e estudantes que ocupam seus espaços, mas também milhares de pessoas que visitaram seus espaços e aqueles que não puderam visitar seus acervos, frequentar suas salas de aulas e seus cursos, enfim, todas as pessoas que dão sentido a esse lugar.

Esse incêndio de causas ainda desconhecidas queimou o legado de milhares de anos de história mundial e de séculos de história de um país que vive conturbados momentos em que ciência, tecnologia e cultura são atacados por todos os lados, ora por falta de investimentos e corte de verbas necessárias a sua manutenção, ora por grupos conservadores e inescrupulosos que querem silenciar o conhecimento científico.



Nesse momento, o que resta fazer é se perguntar até quando a memória e a história em nosso país serão tratadas desse jeito e a quem interessa a perda de um centro público de excelência em ensino e pesquisa.

Fonte:

(http://www.museunacional.ufrj.br/200_anos/doc/200_anos_do_Museu_Nacional.pdf)

Leandro Montano - Historiador, Técnico em Assuntos Educacionais, Servidor do Instituto de Geociências da UFRJ.



VEJA ALGUMAS BOAS RAZÕES PARA VOCÊ SE ASSOCIAR AO SEU SINDICATO

Professor e Professora,

Seu Sindicato está desenvolvendo uma grande campanha de sindicalização. Para toda ação deve haver uma reação e esta é a hora de reagirmos contra o desmonte trabalhista. O atual governo desequilibrou totalmente a relação patrão/empregado. Isso não é nada bom para uma democracia. Para revertermos esse quadro, só com muita luta empreendida por um Sindicato cada vez mais forte, com um número cada vez maior de filiados.

Por que sindicalizar-se?

Sindicalizar-se é exercer um direito e participar de um ato de cidadania.

É se associar a uma entidade que é legítima representante de sua categoria.

Sindicalizar-se é participar de ações que valorizam seu ofício.

Sindicalizado(a), você estará lutando ao lado de seus companheiros para manter direitos já conquistados e avançar.

- O sindicato luta por condições dignas de trabalho e pela manutenção e ampliação dos direitos – agora tão ameaçados pela Reforma Trabalhista;

- O sindicato, a cada ano, negocia duramente para que a categoria tenha os melhores reajustes sobre o salário e defesa dos Acordos e Convenções Coletivas que garantem nossos direitos e conquistas - como a bolsa de estudos para os filhos dos professores e professoras, por exemplo.

E mais:

Sendo associado, você terá direito a:

- ✓ Atendimento jurídico
- ✓ Assistência jurídica
- ✓ Assistência nas homologações
- ✓ Convênios

- O Sindicato precisa de você nesse momento difícil;

- A sua participação é necessária para garantir os seus direitos e avançar na luta;

- Sem sua associação o sindicato não tem como sobreviver.

**Quando você diz sim ao sindicato,
você diz sim a direitos e conquistas**

SINDICALIZE-SE



Fonte: Rafael Correa (Rato Falho)

(<https://www.extraclasse.org.br/edicoes/2018/08/quadrinhos-117/>)



Sindicato dos Professores
do Norte e Noroeste Fluminense realiza

A educação e a superação da violência

Seminário em homenagem ao Dia do Mestre
31 de outubro, 18h30

Centro de Convenções da UNIG - Campus Itaperuna

Inscrições no site do Sinpro NNF - www.sinpronnf.com.br

- **Palestrante:** Padre Rodrigo (teólogo e psicólogo);
- **Painel:** Dr. Bruno Cleuder (professor de Direito Penal e delegado da Polícia Civil);
- **Mediação:** Professor Robson Terra (diretor do SINPRONNF, SEPE Itaperuna, FETEERJ e Conselheiro Estadual de Educação).

Patrocínio: UNIG

Apoio: 

